

35 Centro-Oeste. Em seguida, pôs em apreciação a Ata da 36ª Reunião Ordinária do
36 Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma
37 alteração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a
38 Ata da 36ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi
39 aprovada por unanimidade. Dando continuidade a pauta, o Secretário Executivo passou
40 aos informes, colocando aos conselheiros que ocorreu no dia 14 de março na Defesa Civil
41 uma reunião com a ANA sobre o atlas de vulnerabilidade para áreas de inundação,
42 destacando que de acordo com a Lei Estadual nº6.945/97 temos o dever legal de apoiar o
43 sistema estadual de defesa civil, complementando que além da elaboração deste atlas de
44 vulnerabilidade a ANA se colocou a disposição para auxiliar na implementação da sala de
45 situação, onde ficariam concentrados os dados sobre as vazões para que se dêem os
46 alertas no caso de risco de inundação, destacando que 10 estados já possuem esta sala
47 implementada. Ponderou ainda que a questão técnica foi resolvida nesta reunião, sendo
48 porem necessário um interesse político para que esta sala de situação seja realmente
49 implementada. O Conselheiro Fernando Shirashi questionou se existe um prazo limite
50 para se manifestar quanto a implementação da sala de situação, sendo respondido pelo
51 Secretário executivo que para a parte técnica, que é a elaboração do mapa, o prazo é de
52 um mês, ponderando que a parte relacionada a sala de situação depende de um arranjo
53 político e funcional, ainda sem prazo definido. O conselheiro Décio Siebert questionou se
54 os dados serão disponibilizados, aos que o Secretário Executivo respondeu que todas as
55 informações serão públicas, sendo ponderado pelo conselheiro Décio Siebert que isto é
56 importante porque atualmente só se obtém informações metrológicas mediante
57 pagamento. Dando continuidade, o Secretário executivo informou aos conselheiros que
58 conforme decidido na última reunião foi dado encaminhamento à minuta de lei
59 complementar aprovada anteriormente no CEHIDRO referente à recriação do FEHIDRO,
60 destacando que a mesma foi encaminhada ao Gabinete da SEMA de onde foi
61 encaminhada à Subprocuradoria do Meio Ambiente, onde encontra-se em análise. A
62 Secretaria do CEHIDRO complementou que esta ocorrendo de forma recorrente a criação
63 de fundos no governo, o que aumenta a chance de se conseguir a aprovação da recriação
64 do FEHIDRO. O Conselheiro Décio Siebert ponderou que no CBH Sepotuba está se
65 discutindo o estabelecimento do instrumento de cobrança pelo uso dos recursos hídricos,
66 devido a necessidade de recursos financeiros para implementação das ações do Comitê.
67 O Secretário Executivo ponderou que o Ministério Público está realizando uma série de
68 eventos para entender o funcionamento dos comitês de bacia e se organizando para

69 fomentar os mesmos, destacando que para se fortalecer o comitê como um todo deve-se
70 fortalecer os fortalecer os integrantes do mesmo, ponderando que somente um comitê
71 fortalecido possui poder de decisão. O Conselheiro Valnei Gueno ponderou que deve-se
72 lembrar da experiência do COVAPÊ, pois chega um momento em que o comitê vai se
73 destruindo e se enfraquecendo. O Secretario Executivo colocou aos conselheiros que
74 participou em São Paulo de uma reunião do projeto Sinergia, o qual está sendo finalizado,
75 ponderando que um dos pontos discutidos no mesmo foi a participação do Ministério
76 Público justamente para o fortalecimento do comitês, destacando-se a necessidade de
77 se fortalecer o sistema como um todo e não somente os comitês. O conselheiro Décio
78 Siebert ponderou que na Revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos ficou um
79 capítulo tratando do fortalecimento dos comitês, sendo necessário neste momento tirar o
80 mesmo do papel. A conselheira Alessandra Panizi colocou que se tem um maior
81 fortalecimento dos Comitês em locais onde existe conflito pelo uso da água, uma vez que
82 os projetos para preservação não atraem a atenção da sociedade e o governo não
83 demonstra interesse. O conselheiro Décio Siebert complementou que não temos
84 problemas de quantidade, porem existem problemas de degradação, ponderando que a
85 intenção de estabelecer a cobrança no CBH Sepotuba e justamente para ter recursos
86 financeiros para projetos de recuperação na área da bacia. O Secretario Executivo
87 colocou que a SEFAZ já entrou em contato com a secretaria executiva para entender a
88 cobrança, mas é necessário esclarecer (perdi o q vc falou). Colocou ainda que com a
89 recriação do FEHIDRO o recurso oriundo da compensação financeira pela utilização de
90 recursos hídricos para geração de energia hidroelétrica deixaria de fazer parte do FEMAM
91 e voltaria a este fundo, onde poderia ser aplicado em questões voltadas diretamente a
92 recursos hídricos. O Conselheiro Juracy Ala colocou que por lei uma parte deste recurso é
93 destinada a SICME, complementando que desde o inicio a distribuição do mesmo já esta
94 equivocada. (vc falou algo sobre a destinação do Paraná, que vai pra previdência
95 estadual). Dando continuidade o Secretario Executivo passou ao próximo item da pauta,
96 colocando aos conselheiros que ficou definido na reunião anterior que seria apresentada
97 uma minuta de moção tratando da alteração das áreas de preservação permanente,
98 colocando aos conselheiros que esta foi uma sugestão do conselheiro Décio Siebert e
99 passou a palavra para o mesmo. O conselheiro Décio Siebert colocou aos conselheiros
100 que houve uma solicitação ao CEHIDRO da Associação dos Analistas de Meio Ambiente
101 da SEMA para que o Conselho se manifestasse solicitando que a Assembléia Legislativa
102 revogasse a Lei Complementar nº 412 e com isso retornasse as áreas de preservação

103 permanente de 50 e 100 metros como estava na Lei Complementar nº38. Colocou ainda
104 que a sugestão era que se mantivesse a metragem sugerida pela Lei Complementar nº
105 412, porem que o responsável técnico verificasse se a metragem e suficiente para a
106 preservação dos recursos hídricos, adequando de acordo com a necessidade. Ponderou
107 que esta sendo votado na Câmara Federal esta em votação o novo código florestal, onde
108 estas metragens seriam reduzidas para 15 e 30 metros, sugerindo que se aguardasse o
109 resultado desta votação para então o CEHIDRO se manifestar a respeito. O Secretario
110 Executivo ponderou que inicialmente era 50 metros, o Estado já baixou para 30 metros
111 seguindo a legislação federal, não sendo difícil a redução também para 15 metros. A
112 conselheira Alessandra Panizi colocou que 15 metros realmente é problemático para a
113 preservação dos recursos hídricos. ponderando que deveria ser feita uma discussão
114 sobre uma possível distinção para as áreas de preservação de áreas urbanas e de áreas
115 rurais, pois devido a ausência desta diferenciação se busca a área mínima para atender
116 ao todo, complementando que concorda que se deve aguardar o novo código florestal ser
117 votado para se evitar ir na contramão da discussão. O conselheiro André Santos
118 complementou que também esta ocorrendo no STF uma discussão sobre a validade das
119 legislações estaduais mais restritivas que a legislação federal, uma vez que o mesmo não
120 se manifestou definitivamente sobre isto. O Secretario Executivo ponderou que no novo
121 código florestal também é inconstitucional o artigo que determina que 30% do valor
122 arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos seja utilizado para a
123 recuperação de áreas de preservação permanente. O Conselheiro Nicélio Silva
124 questionou se já foi discutida no CEHIDRO a alteração da área de preservação
125 permanente do pantanal de 15 metros acima da cota mais alta na seca para 15 metros a
126 partir da cota mais baixa na seca, destacando que esta proposta é do Senador Blairo
127 Maggi, sendo respondido pelo Secretario Executivo que ainda não e que seria averiguado
128 isso para a próxima reunião. O Secretario Executivo colocou em votação a paralização da
129 moção, o que foi aprovado pelos conselheiros por unanimidade. O Secretario executivo
130 passou então para a revisão dos integrantes das Câmaras Técnicas Instituídas, sendo
131 explicado pela Secretaria do CEHIDRO a atuação de cada uma delas. O Secretario
132 Executivo colocou aos conselheiros que há dois anos se tentou criar uma Câmara
133 Técnica conjunta com o CONSEMA, visando discutir temas que interessem a ambos
134 conselhos, porem não houve interesse da parte do CONSEMA e os regimentos internos
135 não permitiam, o que já foi alterado nos dois conselhos. Complementou que um dos
136 temas seriam barramentos e drenagens rurais, ponderando que atualmente se tem uma

minuta de resolução no CONSEMA tratando de barramentos para piscicultura, porem sendo necessário se abordar barramentos como um todo e não somente os destinados a piscicultura. Destacou ainda que já houve uma conversa com a Sra. Mauren Lazzaretti, Secretaria Adjunta de Qualidade Ambiental e que a mesma será articulada a criação pela mesma, sendo complementado pela Secretaria do CEHIDRO que em conversa com a Secretaria Executiva do CONSEMA determinou-se que deveriam ser criadas as Câmaras Técnicas em cada Conselho por resolução e as Deliberações seriam apreciadas por ambos. O Secretario Executivo colocou que é necessário se rever os integrantes de cada uma das Câmaras Técnicas e sugeriu que se mantivessem as câmaras técnicas já criadas e se criasse a Câmara Técnica de Integração com o CONSEMA, o que foi aprovado pelos conselheiros por unanimidade. Ficou determinado que a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas será composta pelas entidades SEMA, FIENT, SES, ABAS, VITÓRIA REGIA, UNEMAT, MARAJÁ, CREA, IBAMA, COMITÊ e SANECAP; a Câmara Técnica de Acompanhamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos será composta pelas entidades SEMA, FIENT, VITÓRIA REGIA, SES e SEDRAF; a Câmara Técnica de Pagamento por Serviços Ambientais será composta pelas entidades SEMA, INSTITUTO AÇÃO VERDE, OAB, EPE e ABES; a Câmara Técnica de Gestão Participativa será composta pelas entidades SEMA, UNEMAT, COMITÊ, OAB, SANECAP e CREA e a Câmara Técnica de Integração será composta pelas entidades SEMA, FIENT, VITÓRIA REGIA, AÇÃO VERDE, CREA, MARAJÁ, EPE, OAB, ABES, SEDRAF, SES, COMITÊ e IBAMA, sendo que as câmaras técnicas com mais de dez integrantes definiriam em sua primeira reunião quais entidade seriam titulares e quais seriam suplentes da mesma, bem como seu funcionamento. O Secretario Executivo questionou se a Secretaria Executiva pode elaborar uma resolução criando a câmara técnica de integração e encaminhar para a publicação, o que foi aprovado pelos conselheiros. Dando continuidade à pauta passou a revisão da Lei nº6.945/97, colocando aos conselheiros que ficou pendente somente o Título III, dos artigos 33 a 36, que tratam das infrações e penalidades e leu os artigos. A conselheira Alessandra Panizi ponderou que o §2º do Art. 33 esta incorreto, complementando que deve ser mais detalhado e que existe uma resolução do CNRH tratando do tema. O Conselheiro André Santos colocou que o § 6º do Art. 33 esta confuso, sendo necessário reescrevê-lo. O Secretario Executivo sugeriu que o material fosse encaminhado por email para os conselheiros para que analisem com calma e apresentem suas sugestões na próxima reunião, o que foi aprovado. O Conselheiro Jesse Barros sugeriu que fosse feita uma moção a Assembléia Legislativa solicitando que o

CEHIDRO participasse das discussões das câmaras temáticas relacionadas à água, pois seria uma forma de garantir que não alterem os textos definidos tecnicamente, o que foi aprovado pelos conselheiros. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 17min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

VICENTE FALCÃO DE ARRUDA FILHO
Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI
Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 25/05/2012.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*